

VIOLÊNCIA DE GÊNERO ENQUANTO (NOVO) DESAFIO PARA PEDAGOGOS: TEORIAS, CONTRADIÇÕES, INTERVENÇÃO

*Karin Ellen von Smigay**

RESUMO

O artigo apresenta alguns pressupostos, no campo da educação, que estão na base das teorias sobre a origem da violência. Diferentes formas de violência hoje demandam intervenção, controle e coibição, convocando a sociedade a encontrar bons modelos e respostas. Desta tarefa não escapam pedagogos. A violência intrafamiliar e a de gênero, por estarem mais arraigadas na trama social, ao atingem psiquismos em formação e pautarem condutas homofóbicas e sexistas, tornam-se um desafio maior. Aqui se oferece o cenário dos impactos que a adoção de uma determinada teoria tem para o enfrentamento deste grave problema social.

PALAVRAS-CHAVE: violência de gênero; violência intrafamiliar; modelos teóricos e de intervenção.

Aparentemente o tema da violência nomeada como “de gênero” parece deslocado em uma revista voltada para o campo da educação, mas alguns argumentos talvez possam justificar sua pertinência. Antes de qualquer coisa, é interessante lembrar que hoje se divulgam, fartamente, alarmantes índices de crescimento da violência, sobretudo, urbana. Busca-se sua origem, causa e métodos de contenção, de forma que há muito escapou do âmbito de especialistas para fazer parte da agenda de políticos. Interessa ao cidadão comum, e a escola passa a ser demandada, com insistência, seja como parceira no esforço de encontrar mecanismos de resistência, seja por estar sendo, ela também, alvo de violências.

Desarvorados, pais e educadores se perguntam sobre o que podem fazer diante de índices crescentes. A violência urbana é multideterminada, o que a configura como uma questão de difícil enfrentamento. Trata-se de um fenômeno circunscrito a determinados espaços geográficos e sociais; é,

*Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP. Professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

sobretudo, pública. Recente, ela acontece em áreas urbanas, envolve habitantes de cidades e se imbrica com os problemas econômicos, culturais, sociais que aí se desenrolam. Envolve atores coletivos, ainda que apareça como casos isolados, pontuais. A situação conjuntural é fator precipitante, se não uma das suas determinações.

Já a violência de gênero aparece com contornos bastante distintos. Ultrapassa o espaço urbano, surge também em zonas rurais, aliás, independe de seu recorte geográfico-social. Por isso, seu corte é transversal. Também não opõe classes sociais, ou se recorta por diversas etnias. Está inscrita nas relações desiguais, entre indivíduos que se dividem por pertencimento de gênero (e não de sexo) e conforma mentalidades, estilos de conduta, representações sobre o mundo e os lugares socialmente designados para o masculino e o feminino.

Tal violência não é parte de outras expressões de violência – tem sua lógica própria, interna, ligada à ainda forte presença da cultura patriarcal presente na sociedade brasileira; encena-se, sobretudo, nos espaços privados (embora se reconheça que o privado seja político). A violência de gênero, aparentemente menos espetacular (no sentido de transformada em espetáculo midiático, como a urbana), atinge de forma muito mais insistente, profunda e contínua uma expressiva (se não toda) parcela da população.

Seus efeitos se fazem sentir por meio de indicadores nem sempre reconhecíveis entre professores: absenteísmo, perda de produção, depressão, fracasso escolar. Os afetados são os membros da família de menor prestígio social – os jovens e crianças, as mulheres, os velhos – todos aqueles que estão alijados “dos jogos de poder e prestígio” que, em uma cultura falocêntrica, não acedem ao mundo da “virilidade triunfante”.

O outro argumento, para inclusão do tema como debate entre educadores e psicólogos sociais, está ligado às diversas teorias que vão sugerir ser a violência um processo de aprendizado – e, portanto, passível de ser revertido. Este artigo pretende, justamente, apresentar essas e outras teorias sobre a etiologia da violência de gênero e mostrar como sua aceitação orienta os profissionais ao optarem por diferentes estratégias de enfrentamento e intervenção (SMIGAY, 2001).

Para iniciar, é preciso definir o objeto que hoje se nomeia como violência de gênero ou violência engendrada: construída a partir do pertencimento de sexo/gênero, isto é, um sistema que transforma os indivíduos, independentemente de sua biologia, em seres sexuados e ocupando lugares diferenciados na rede social, justamente pela diferença que o gênero oferece a cada um, cria desigualdades que são consideradas discriminatórias.

Aceita a tese de que a biologia não define identidades, posição social, personalidade ou outros atributos sócio-psicológicos, mas que somos seres marcados pela cultura e construídos segundo o gênero, vale lembrar que, equivocadamente, costumamos pensar em dois gêneros, masculino e feminino. Mas a multiplicidade de inserções vai além desta binaridade ou divisão tão pobre – os transgêneros, os bissexuados, os homoeróticos são algumas das categorias que lutam por reconhecimento e especificidade e não pretendem se enquadrar, simplesmente, nas categorias masculino/feminino.

Interessa, então, pensar que a cultura, fator essencial na construção das identidades, não só é datada, portanto efeito de seu tempo histórico, como é profundamente marcada por uma postura androcêntrica ou falonarcísica. Nela têm lugar privilegiado os que partilham do lugar masculino, hegemônico, e dela estão fortemente excluídos os outros – mulheres, pelo seu baixo reconhecimento social, sua desqualificação social, sua permanente desvalorização, mas também outros “feminilizados”

– em certo sentido, as crianças, os muito jovens e, em determinados contextos, velhos. Inclui, ainda, homens que, recusando assumir-se machistas e dominadores, se enquadram na categoria que Welzer-Lang (1994) cunhou como “insubmissos da virilidade triunfante”. São aqueles que, independente de suas opções eróticas, mas também por elas, recusam-se a partilhar e vivenciar a masculinidade tradicional, com suas estratégias sexistas, misóginas e homofóbicas. São objeto de discriminação ou violência de gênero tanto quanto os atores anteriormente elencados.

A violência de gênero é fruto do machismo, efeito dos ainda fortes vestígios do patriarcado, mas não é apenas perpetrada por homens. Trata-se de uma lógica que desqualifica alguns e elege outros. Enquanto tal é, sim, coletivamente acionada pelos homens, ainda que, individualmente, alguns a recusem e procurem estabelecer relações igualitárias ou democráticas no interior das relações interpessoais. Como prática social, é perpetrada também por mulheres, desde que operem com a mesma lógica misógina e homofóbica (SAFFIOTI, 1995).

Não sendo, pois, apanágio de um sexo, tende a ser disseminada e reproduzida no interior do espaço doméstico, tanto quanto no espaço público. A escola dela não escapa: como espelho de uma cultura que respalda a dominação masculina, reafirma seus valores. Por isto, tal debate interessa a pedagogos.

Origem da violência de gênero: algumas hipóteses

Os estudos brasileiros sobre essa forma de violência muitas vezes se ocupam do reconhecimento de quem são os agressores, de suas vítimas preferenciais, em traçar seus perfis e mapear sua incidência. Embora necessária, não é estratégia suficiente. A violência de gênero está enraizada de forma profunda e persistente na trama social, o que a torna uma questão de difícil abordagem. Ela se articula com um conjunto de outros problemas sociais e estruturais. Entretanto, afirmamos que estes seriam fatores intervenientes – apenas acerbam o quadro, mas sua etiologia está na lógica sexista. Isto a distingue essencialmente da violência urbana. Esta é determinada por aqueles fatores; a violência de gênero se complexifica por fatores conjunturais, mas é anterior à sua presença.

Assim, baixo *status* profissional, baixa escolaridade, desemprego ou subemprego e alcoolismo, apesar de freqüentemente serem tomados como estando na base da eclosão de cenas violentas, são apenas a elas associados. Estudos recentes de Welzer-Lang (2001) com agressores participando de grupos de reflexão mostram que, quando desarmados de defesas que geralmente assumem em público, acabam por admitir, nas entrevistas em profundidade, que “bebem para bater” em suas companheiras. Isto inverte a explicação tradicional de que espancam porque bebem. Alguns pressupostos sobre a gênese e a forma como a violência de gênero se configura no dia-a-dia, partilhados pelo senso comum, merecem ser reavaliados à luz das teorias que os sustentam.

Procuramos organizar, para efeito de compreensão, alguns argumentos, pressupostos e teses de importantes teorias sobre violência, classificando-as em três grandes cortes – as teorias que focam o sujeito psicológico; as psicoeducativas, de tradição funcionalista; e as que focam o sujeito político, que são as teorias feministas.

Antes de abordá-las, seria interessante refazer, ainda que de forma muito rápida, a trajetória do conceito de violência de gênero. Por efeito da militância, nos anos 70, se desconstruiu um conjunto de pressupostos que orientaram pesquisadores em Ciências Sociais, produzindo-se dados que mostravam a

especificidade da violência que atingia o feminino, entendida como forma de opressão ou discriminação. A produção teórica foi se afastando do modelo ortodoxo-marxista, que interpretava essa forma de violência como resultado da violência estrutural capitalista. Ao se configurar o que seria o feminino, buscou-se ampliar a extensão das ações discriminatórias, reconhecendo que estas se distribuem em um *continuum* crescente, que vai de gestos de desrespeito a espancamento e homicídio e reconheceu-se que mulheres são, preferencialmente, suas vítimas.

Era a idéia de um modelo de violência típica e evolutiva, em que os agentes têm papéis típicos e estereotipados, de acordo com o pertencimento de sexo. Desde então, se postulou que tal violência estaria incrustada na cultura. Como consequência, homens seriam violentos nessa cultura marcada pela lógica patriarcal e androcêntrica; mulheres seriam vitimadas por essa mesma lógica.

As argumentações acerca da construção do feminino, nesse modelo, tomavam a mulher como submetida / passiva / vítima. Já na década de 90, algumas mudanças são reconhecíveis, e o conceito de violência de gênero não é apenas uma substituição de termos, mas uma nova concepção acerca dos objetos preferenciais da lógica ou do sistema de gênero. Passa-se a entender o problema como relacional. Por um lado, contesta-se a “dualidade redutora” do tipo agressor ativo / agredido passivo e passa-se a considerar que as relações comportam movimento, combinações, contradições, ambigüidades. Fala-se de uma mulher produtora de violência, também ela – não mais reativa ou reprodutora de violência. Os autores, nesta nova etapa, continuam a entender que as violências cometidas pelas mulheres mantêm um mesmo padrão de dependência. A despeito de sua constituição como sujeito sem autonomia, nem por isso resultam passivas (CHAUÍ, 1984; GREGORI, 1993).

Mas, como já foi apontado anteriormente, passam a incorporar outros assujeitados que, em determinados contextos, estão na posição feminilizada: não só mulheres, mas também às vezes crianças, velhos e, sobretudo, homens que recusam o modelo tradicional ou a virilidade dominante são objeto de violência de gênero.

Voltando agora ao corte que demos às teorias, para facilitar ao leitor um certo entendimento, as agrupamos em: a) – perspectivas psicoeducativas, em que o foco são as condutas disfuncionais ou desviantes; b) – perspectivas clínicas, em que o foco é o sujeito psicológico; e c) – perspectivas feministas, em que o foco é o sujeito político.

Hipóteses ou modelos psicoeducativos

Entre as teorias que mais sucesso obtêm entre os especialistas estão aquelas que preconizam ser a violência uma disfunção passível de controle desde que se utilizem bons modelos de ressocialização do agressor. Se entre os teóricos que focam o sujeito psicológico, modelo que apresentaremos a seguir, importa a vítima, aqui o foco é, sobretudo, dirigido aos agressores.

Entre os modelos psicoeducativos, situam-se a teoria da aprendizagem social, que abarca diversos modelos, a teoria do conflito social e a teoria do poder. A teoria da aprendizagem social, de Bandura (1973 apud CAMINO, 1995, p. 1-26), sugere que uma forte exposição a contextos violentos ensina o modelo violento como referência: frente a situações de stress e conflito, o indivíduo (só) sabe responder com violência, por ter aprendido, nas interações sociais, esta pauta de conduta. “Aprende-se a ser violento”, é o mote que encontramos em cada um dos modelos analisados. Portanto, como proposta de intervenção, propõe-se “ressocializar o agressor”, oferecendo-lhe outras condutas e alternativas frente

aos estímulos desencadeantes de violência. O veículo de socialização é a modelagem – pretende-se que este modelo seria aplicável na remodelagem ou ressocialização de agressores. Encontramos sua utilização em vários programas de tratamento dos agressores, seja no Brasil, seja em outros países.

Esta mesma perspectiva é utilizada para esclarecer por que vítimas se mantêm atadas a vínculos violentos. Lenore Walker (1979) propõe uma interessante explicação, do que nomeia como Desamparo Aprendido, para uma certa passividade feminina ou imobilismo diante da violência recorrente³¹. Mulheres aprendem, no decurso da socialização de gênero, a adotar uma posição de fragilização ou de desamparo, o que acaba por representar um grande entrave para romper relações violentas. A Teoria da Aprendizagem Social trabalha com pressupostos de que agressores viveram histórias prévias de agressão parental ou familiar, assim como agredidos teriam sido vítimas de violência familiar, tendo, portanto, dificuldades atuais para evitar violências, incluindo a de seus parceiros. Este pressuposto justifica a manutenção de vínculos repetitivos, cronificados.

Este é o modelo que está na base da “teoria da transmissão intergeracional da violência doméstica”. Três perspectivas servem para apoiar a tese da transmissão intergeracional. A primeira diz que crianças aprendem observando condutas paternas e que, pela falta de oportunidade de serem confrontadas com modelos diversos, tomam-nos como típicos (SIMONS, 1995).

A segunda diz que exposição a modelos de punição extremamente severos pode (e acaba por) legitimar condutas violentas, que passam a ser uma forma de controle dos membros do grupo familiar. Padrões violentos, portanto, serão acionados em relações futuras (STRAUS, 1980; ROSEMBAUM; O’LEARY, 1981).

A terceira perspectiva sugere a existência de traços de conduta anti-social correlacionados a desvios sociais: segundo os autores que comungam esta leitura, indivíduos desviantes tendem sempre a se engajar em situações violentas. Para estes teóricos, a orientação anti-social seria um traço de personalidade ou de conduta, uma resposta à inépcia de práticas parentais. Seriam traços estáveis ao longo da vida (PATTERSON, 1982; SIMONS, 1995).

Vale lembrar o sucesso que esta última perspectiva encontra na literatura criminológica. Mesmo que surja um período, na história de vida do sujeito, sem respostas violentas, a expectativa é de que ele voltará a agredir. Para os adeptos desta perspectiva, as descontinuidades entre atos violentos não invalidam o pressuposto de uma “personalidade violenta”.

Colocamos, ainda, a “teoria do poder” dentro deste corte, que chamamos de psicoeducativo, e que sustenta a idéia de que a violência seria um desvio ou uma disfunção social. A teoria do poder, compreendida como um sistema cibernético, está calcada na interpretação de que os desequilíbrios de poder, dentro da família, respondem a amplas condições socioestruturais que engendram *stress* e conflitos. Podemos atribuir sua construção a um grupo de pesquisadores da University of New Hampshire, Estados Unidos, nos anos 70 e 80 – Straus e sua equipe são citados e tomados como referência.

Straus e Gelles, Yllo e Straus, Steinmetz, todos realizaram análises em torno de dois importantes *surveys*, norte-americanos, sobre violência contra mulheres – o primeiro em 1975 e o segundo em 1985. O pressuposto que partilham é de que o sistema de família, na sua interação cotidiana, gera “acomodação e conflito”, incluindo algum grau de violência, violência essa que é tolerada ou aprovada por seus membros (LENTON, 1995).

³¹ Conceito por nós usado para explicar a posição das mulheres kosovars, vítimas de estupro coletivo, durante a intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU), nos Balcãs, em 1999, em artigo publicado no mesmo ano.

O forte envolvimento emocional dentro da família, associado às desigualdades de gênero e intergerações, convivendo permanentemente juntos em situações de *stress* e desgaste, funciona como uma espécie de caldeirão, um caldo de cultura, onde eclodem violências. Portanto o *locus* não está na casa, no *domus*, mas nas desigualdades entre seus membros – desigualdades de poder entre os membros de uma mesma família (SMIGAY, 2000).

Esta tese já é uma reconstrução do modelo primitivo, produzido nos anos 60 e 70, pois seus autores foram confrontados, na década seguinte, com as teorias feministas que sinalizavam a presença das desigualdades de poder no interior da família não por questões geracionais, ou apenas pelo contexto de *stress* e conflito, como interpretam aqueles autores, mas pelas diferenças de pertencimento de gênero. Até então, os autores citados apenas reconheciam os conflitos e a violência como efeito dos desgastes da convivência cotidiana. Hoje aceitam a desigualdade geracional, mas falta-lhes entender, em toda sua extensão, a desigualdade por causa da lógica sexista.

Tais autores agora admitem que, no interior da família, há um fator interveniente, que é a dominação masculina. Straus, Coleman e seus colegas incorporaram a perspectiva de uma organização sexista da sociedade, assim como as contribuições da violência doméstica para pensar a família, aceitando o pressuposto do papel de liderança masculina. Mas continuam insistindo sobre a idéia de que a família engendra a violência: os cuidadores, impondo abusos, socializam as crianças para serem agressivas. Por presenciar violência intraparental, serão futuros agressores, na fase adulta.

Para os teóricos do poder, mesmo que se restabeleçam certos graus de equidade e democratização nas relações familiares, a violência estará presente, de alguma maneira. Ela seria inerente ao campo das relações familiares. Além disso, combinam-se fatores propiciadores e precipitantes – determinadas circunstâncias sociais desprivilegiadas, a presença da exclusão social, uma baixa escolaridade, o desemprego, um baixo *status* ocupacional, ou altos níveis de *stress*, tudo amplifica situações de *stress e conflito*, segundo suas teses.

Modelos clínicos

Sobretudo influenciados pelas teorias de base psicanalítica, alguns teóricos tendem a pensar que a agressividade é inerente ao ser humano – e que a socialização vem, justamente, canalizá-la para garantir laços gregários de sociabilidade. Nesta perspectiva, interessa focar o sujeito psicológico – tanto o produtor de violência quanto o agredido, mas, muitas vezes, confundindo as noções de agressividade e violência, como se fossem equivalentes. Agressividade pode ser tendência humana, mas violência é ato irracional Costa (1985).

Entre as teorias psicológicas, a intervenção retificadora pretende recuperar a autonomia do sujeito, perdida (ou nunca exercida) na relação violenta, apontando tanto para os aspectos neuróticos que o mantém a ela atado, quanto para os ganhos (perversos) da submissão (COUTO, 2002). Ajuda a compreender a forte cronificação e a tendência à repetição, presente em vínculos domésticos violentos, mas busca sua explicação no indivíduo – isto é, a gênese está posta no campo psicológico, ainda que reconheça sua imersão em uma cultura violenta e organizada pelo sistema de gênero.

Portanto os modelos de intervenção – isto é, voltados para a coibição ou erradicação da violência, serão dirigidos, sobretudo, para o vitimado, pretextando que será pela via da resistência ativa, mas lúcida, que a relação violenta será rompida e, eventualmente, reorganizada em novas bases.

Hipóteses e modelos feministas

Talvez o grande diferencial desta perspectiva em relação às demais possa ser resumido em poucas linhas: a crítica que fazem sobre a não-politização do debate e o desconhecimento da (des)igual distribuição do poder entre os pares da relação violenta. Ao entender que não está no sujeito a gênese nem a manutenção do vínculo violento, mas na cultura androcêntrica e profundamente desigual em termos de poder, prestígio e oportunidades, que sexualiza os indivíduos, o foco passa do sujeito psicológico para o sujeito político.

A violência (de gênero) eclode como alternativa à possibilidade de negociação, como não-resposta ao trato com a diferença, como recusa à alteridade. Não se trata de um desvio social, disfuncional, como na perspectiva psicoeducativa, nem se explica pela desrazão; não está somente no sujeito psicológico. Este tipo de violência não é pontual, inesperada, nem casual. Não se explica pelo desvario do agressor: ao contrário, é contínua, dirigida contra os mesmos alvos, restritos; tem objetivos bem delimitados; insiste, minando a resistência da vítima de forma sorrateira, mas implacável e destrói psicologicamente, aos poucos. É intencional, pretende-se “pedagógica”: ensinar o “lugar” de submissão (SMIGAY, 2000).

Não se aprende a ser violento – aprende-se, sim, com quem ser violento: os fragilizados, os despossuídos de poder, de prestígio e de valor dentro dessa lógica, tramada sobre bases machistas, falocêntricas ou falonarcísica, segundo a expressão de Bourdieu (1998), em que ainda é forte a presença do patriarcado e em que a dominação masculina é a tônica. A gênese dessa violência não está no interior da família pelo desgaste e forte *stress* que o cotidiano possa exercer, mas no sistema patriarcal, que delega a alguns o exercício do mando e de prerrogativas; impede relações democráticas e igualitárias; inviabiliza a renegociação, os rearranjos e a flexibilização das funções entre seus membros.

A violência não se dá em um vazio; está na cultura – nesta cultura ou lógica de gênero. Qualquer programa de combate à violência terá que pretender, antes de tudo, rever as bases em que se apóia. Diversamente da perspectiva funcionalista, esta violência não é disfuncional, mas, ao contrário, ela é a “norma”, o esperado, o padrão, socialmente partilhado. Por isso, afirmamos que os vínculos violentos estão organizados “pela violência”. Tiramos do sujeito psicológico o peso da interpretação, tal como o fazem aqueles que consideram a repetição uma questão neurótica, e colocamos “no político” a interpretação mais substantiva dos sentidos da violência de gênero.

Se se dá no privado, há que lembrar que o privado é político – na política de gênero se estruturam tais relações. Somente na desconstrução de sua lógica é que uma ação poderá ser efetiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDURA, A. *Agressão: a social learning analysis*. New Jersey: Prentice-Hall, 1973.

BOURDIEU, P. **La domination masculine**, Paris: Seuil, 1998.

CAMINO, L. **Textos do mestrado em Psicologia Social**, UFPB, João Pessoa, n. 1, 1995, p. 1-26

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. **Perspectivas Antropológicas da Mulher**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 23-62, 1985.

- COSTA, J. F. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Campus, 1985.
- COUTO, S. **Intervenção retificadora: modelo para violência doméstica**. 2002. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - UFMG, 2002.
- GREGORI, M. F. As desventuras do vitimismo. **Estudos Feministas**, v. 1, n.1, 1993.
- LENTON, R. Power versus feminist theories of wives abuse. **Canadian Journal of Criminology**, v. 37, n. 3, p. 305-330, july/juil. 1995.
- PATTERSON, G. R. A Social Learning Approach: 3. In: EUGENE, O. **Coercive family process**. [New York]: Castalia, 1982.
- PATTERSON, G. R.; HOPS, H. Coercion, a game for two: intervention techniques for marital conflict. In: ULRICH, R; MOUNTJOY, P. T., eds. **The experimental analysis of social behaviour**. New York: Appleton-Century-Crofts, 1972.
- ROSENBAUM, A. Of men, macho, and marital violence. **Journal of Family Violence**, [S.L.]: v. 1, n. 2, p. 121-129, 1966.
- SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. de. **Violência de gênero**. Poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
- SMIGAY, K. Relações violentas no espaço da intimidade: drama privado ou tragédia pública? 2000. 271 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.
- SIMONS, R. L; WU, Chyi-In; JOHNSON, C.; CONGER, R. A Test of Various Perspectives on the Intergenerational Transmission of Domestic Violence. **Criminology**, v. 33, n. 1, p. 141-171, 1995.
- STEINMETZ, S. K. Family violence: past, present, future. In: SUSSMAN, M. B.; STEINMETZ, S. K. (Eds). **Handbook of marriage and family**. New York: Plenum, 1987
- STRAUS, M. A. Measuring intrafamily conflict and violence. The Conflict Tactics Scale. **Journal of Marriage Family**, [S.L.]: n. 41, p. 75-88, 1979.
- STRAUS, M; GELLES, R. How violent are American families? Estimates from the National Family Resurvey and other studies. In: HOTALING, G. et al. (Eds). **Family abuse and its consequences: new directions in research**. Beverly Hills, California: Sage, 1988.
- _____. **Physical Violence in american families**. New Brunswick, NJ: Transaction Publications, 1996.
- _____. Abordagens possíveis de relações conjugais violentas: o viés de gênero dentro da psicologia. **Revista Interações**, v. 6, n. 11, p. 11-28, jan./jun. 2001.
- WALKER, L. E. **The battered woman**. New York: Harper and Row, 1979.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista de Estudos Feministas**, [S.L.]: ano 9, v. 9, n. 2, p. 460-481, 2001.

WELZER-LANG, D; DUTEY, P; DORAIS, M. **La peur de l'autre en soi**. Montreal: VLB Éditeur, 1994.

RÉSUMÉ

L'article présente quelques présupposés, dans le domaine de l'éducation, qui sont à la base des théories sur l'origine de la violence. De nos jours, de différentes formes de violence demandent de l'intervention, du contrôle et de l'interdiction, en convoquant la société à trouver de bons modèles et des réponses. De cette tâche, des pédagogues n'échappent pas. La violence à l'intérieur de la famille et celle de genre, du fait qu'elles se trouvent plus enracinées dans la trame sociale, en atteignant des psychismes en formation et en réglant des conduites *homophobes* et sexistes, deviennent un défi majeur. Ici on offre un scénario des impacts de l'adoption d'une théorie déterminée pour l'affrontement de ce grave problème social.

MOTS-CLÉS : violence de genre; violence familiale; des modèles théoriques et d'intervention.